

## **Participação da Assembleia da República na Semana Parlamentar Europeia 2015 e na Conferência Interparlamentar sobre o Art.º 13.º do Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação**

PARLAMENTO EUROPEU, BRUXELAS, 16 e 17 DE FEVEREIRO DE 2016

### **Composição da Delegação**

Integraram a Delegação da Assembleia da República as Senhoras e os Senhores Deputados que se indicam de seguida:

- Paulo Trigo Pereira (PS), Vice-Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa (COFMA) e Chefe da Delegação;
- Eurico Brilhante Dias (PS), Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Europeus (CAE);
- Wanda Guimarães (PS), Vice-Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS);
- Manuel Rodrigues (PSD), membro da CAE;
- Isabel Pires (BE), membro da CAE;
- Jorge Paulo Oliveira (PSD), membro da COFMA;
- Sandra Pereira (PSD), membro da CTSS.

O apoio técnico foi prestado pela Representante Permanente da Assembleia da República junto da União Europeia, Maria João Costa, e pelo Assessor da Comissão de Assuntos Europeus, João Almeida Filipe.

### **Enquadramento**

A Semana Parlamentar Europeia 2016 teve lugar no Parlamento Europeu, em Bruxelas, tendo contado com a participação de parlamentares da União Europeia para debater questões de coordenação das políticas económicas, orçamentais e sociais.

No quadro da Semana Parlamentar Europeia tiveram lugar dois eventos:

- **A Reunião Interparlamentar sobre os Ciclos do Semestre Europeu de 2015/2016**, no dia 16 de fevereiro, organizada pelo Parlamento Europeu, com vista ao debate da recente proposta de alterações ao processo do Semestre

Europeu, o intercâmbio de melhores práticas na execução dos ciclos do Semestre e o reforço da cooperação para escrutínio das ações do executivo, tanto a nível nacional como a nível europeu, no âmbito do ciclo do Semestre Europeu;

- A **Conferência Interparlamentar sobre o Art.º 13.º do Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação**, no dia 17 de fevereiro, coorganizada e copresidida pela Câmara dos Representantes dos Países Baixos e pelo Parlamento Europeu, com vista ao debate e intercâmbio de boas práticas na aplicação das disposições do Tratado e contribuir para assegurar a responsabilidade democrática em matéria de governação económica e da política orçamental na UE, em especial na UEM, tendo em conta a dimensão social e sem prejuízo das competências dos Parlamentos da UE.

O programa da reunião, a lista de participantes, registos vídeo e áudio, bem como diversa documentação de suporte encontram-se no seguinte endereço:

<http://www.europarl.europa.eu/relnatparl/en/conferences/european-parliamentary-week.html>

## **PROGRAMA**

O programa das conferências compreendeu dois dias de trabalhos com sessões subordinadas ao papel do Parlamento Europeu e dos Parlamentos nacionais num Semestre Europeu renovado, às prioridades do Ciclo do Semestre Europeu de 2016 e, ainda, em formato de grupos de trabalho, à coordenação orçamental e união bancária, a um pilar europeu de direitos sociais e às políticas de investimento para a criação de emprego e competitividade. É apresentado um resumo das intervenções e debates de acordo com os seguintes registos:

**Dia 16 de fevereiro de 2016 – Semana parlamentar europeia**  
**- os ciclos 2015 e 2016 do Semestre Europeu.**

**1. Sessão Plenária – [Parte I](#)**

**“O Semestre Europeu renovado e o papel do Parlamento Europeu e dos Parlamentos nacionais”**

**Copresidida por:** Martins Schulz, Presidente do Parlamento Europeu e por Antonio. Tajani, Vice-Presidente do Parlamento Europeu  
**Intervenções iniciais de:** Jean-Claude Juncker, Presidente da Comissão Europeia

Em substituição do Presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, que chegaria mais tarde, abriu os trabalhos o **Vice-Presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani**, que saudou a presença de Jean-Claude Juncker, cumprimentou todos os presentes, esclareceu os motivos da hora tardia de início em relação ao previsto, indicou os motivos da ausência do Presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, e a metodologia a adotar na sessão.

De seguida, tomou a palavra **Jean-Claude Juncker, Presidente da Comissão Europeia**, esclarecendo da necessidade de se ausentar antes da hora prevista para o final da sessão, prescindindo de discurso inicial e convidando, antes, ao debate imediato.

Intervieram consecutivamente membros das Delegações de França, Lituânia, Espanha, Alemanha, Grécia e Reino Unido, bem como a Deputada portuguesa ao Parlamento Europeu **Maria João Rodrigues**, que falou na qualidade de relatora do [relatório sobre a análise anual do crescimento](#)<sup>1</sup> do Parlamento Europeu, que manifestou a esperança de que fosse adotado um relatório que colocasse a convergência económica e social como objetivo principal, do mesmo modo que o fez a Comissão Europeia, o que significaria a vontade de avançar com um plano de investimento para a criação de crescimento e emprego e para, expressando o bom trabalho de articulação desenvolvido com os Parlamentos nacionais, questionar se seria possível dar já início a um trabalho mais sistemático com a Comissão Europeia nesta matéria, tendo **Jean-Claude Juncker**, Presidente da Comissão Europeia, correspondido positivamente a esta

---

<sup>1</sup> Relatório sobre o Semestre Europeu para a Coordenação das Políticas Económicas: Análise Anual do Crescimento para 2016 (2015/2285(INI)) – [texto aprovado](#) em 25 de fevereiro de 2016.

última intervenção numa resposta conjunta aos comentários e questões suscitadas.

O Presidente do Parlamento Europeu, **Martin Schulz** assumiu, entretanto, a condução dos trabalhos, justificando a sua ausência até aquele momento pela necessidade de reunir com o Primeiro-Ministro do Reino Unido para discutir a posição do Parlamento Europeu em relação à presença do Reino Unido na União Europeia. No que diz respeito às questões debatidas, enunciou a legitimidade do aprofundamento da zona euro sem sujeição à aprovação daqueles que não a integram; a melhoria de relação entre as três instituições (europeias) e da iniciativa Legislar Melhor, havendo a preocupação de diminuir a carga regulamentar aos investimentos, bem como a questão dos encargos sociais, nomeadamente, a de saber como evitar que o abuso de alguns Estados-Membros possa influenciar a circulação de migrantes na União Europeia. Sobre este último aspeto, ressaltou, desde logo, não ser negociável pelo Parlamento Europeu medidas que ponham em causa a liberdade de circulação na UE. Concluiu, por fim, com a referência a outros temas que seriam discutidos, nomeadamente, o conflito na Síria e a crise de refugiados.

Seguiu-se um novo período de debate, restringido a intervenções de um minuto cada. Usaram da palavra membros das Delegações da Irlanda, Grécia, Chipre, Espanha, Polónia, Itália, Reino Unido, Suécia, bem como o Senhor Deputado **Paulo Trigo Pereira (PS)** para referir a importância da união orçamental e do esquema europeu de emprego face à crise que se adivinha daqui por um a dois anos; e para questionar do motivo da não progressão do mecanismo de garantia de depósitos.

Em resposta conjunta aos comentários e questões suscitadas, o Presidente do Parlamento Europeu, **Martin Schulz**, evidenciou a necessidade de uma União Europeia unida face a uma ameaça de desmantelamento, a importância do auxílio a prestar à Turquia e à Grécia no que diz respeito às vagas de refugiados, a questão da reindustrialização da Europa, que dependerá da eficácia digital, bem como a relevância de uma União Bancária e de um sistema de garantia de depósitos para fazer face a uma nova crise na qual os bancos poderão revelar as suas dificuldades.

## 2. Sessão Plenária – [Parte II](#)

### “Prioridades políticas do Ciclo do Semestre Europeu de 2016”

**Copresidida** por Markus Ferber, Vice-Presidente da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários e Thomas Händel, Presidente da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais.

Intervenções iniciais de Valdis Dombrovskis, Vice-Presidente da Comissão Europeia e responsável para a área do Euro e do Diálogo Social, de Pierre Moscovici, Comissário Europeu para os Assuntos Económicos e Financeiros, Fiscalidade e União Aduaneira, de Maria João Rodrigues, de Sofia Ribeiro e de Catherine Stiller, Deputadas ao Parlamento Europeu.

No período de debate intervieram as Senhoras e os Senhores **Deputados Wanda Guimarães (PS), Eurico Brilhante Dias (PS) e Manuel Rodrigues (PSD)**.

O Vice-Presidente da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento Europeu, **Markus Ferrer**, abriu a sessão, cumprimentando a mesa e esclarecendo a metodologia a adotar na sessão e saudar a presença de Valdis Dombrovskis e de Pierre Moscovici da Comissão Europeia, e das Deputadas ao Parlamento Europeu Maria João Rodrigues, da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, Sofia Ribeiro, da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais e Catherine Stiller da Comissão do Mercado Interno e de Proteção de Consumidores, oradores desta sessão.

O Vice-Presidente da Comissão Europeia e responsável para a área do Euro e do Diálogo Social, **Valdis Dombrovsky**, começou por referir a importância da troca de informação sobre a governação económica da União para, de seguida, apresentar o contexto económico e social atual da União Europeia: em recuperação moderada depois de sair da recessão, com o emprego e o crescimento a recuperarem, notando um fortalecimento da procura interna e o decréscimo gradual da dependência das exportações, mas com uma recuperação que continua frágil, sendo importante uma constante monitorização da situação. Nestes termos, defendeu a continuação de políticas que suportem a estabilidade macroeconómica e confiança, denotou o papel cada vez mais central do semestre europeu no debate nacional, e mencionou a importância dos Paramentos nacionais para a concretização das recomendações propostas pela Comissão Europeia bem como, por fim, a intenção de visitar os Estados-membros nos meses seguintes. Focou, ainda, os principais aspetos da estratégia económica da Comissão para 2016 centrada no crescimento, convergência e estabilidade e que visavam reavivar o investimento, a continuidade das reformas

nacionais para garantir uma maior competitividade e finanças públicas sustentáveis. Para este efeito a Comissão contava com o apoio dos legisladores e assumia-se em linha com o Relatório dos 5 Presidentes para completar a União Económica e Monetária. Concluiu dizendo que é necessário reformar as estruturas económicas e sociais para manter a competitividade numa economia global, para fazer face a futuros choques e para preservar uma sociedade coesa.

**Pierre Moscovici**, Comissário Europeu para os Assuntos Económicos e Financeiros, Fiscalidade e União Aduaneira, por seu turno, usou da palavra para indicar algumas notas complementares à intervenção de Valdis Dombrovsky. Desde logo, para referir que tudo o que é feito no Semestre Europeu se enquadra nas prioridades do relançamento do investimento, das reformas estruturais e da responsabilidade orçamental, relevando a importância do diálogo com os Parlamentos nacionais tendo em conta o papel determinante no quadro das suas prerrogativas orçamentais. Mencionou a publicação das previsões económicas que indicam 2016 como o primeiro ano de recuperação económica da UE, ressaltando a contribuição dos fatores externos que para tal contribuíram: o preço do petróleo; a taxa de câmbio e a política do Banco Central Europeu (BCE) – fatores que estimularam as exportações e o consumo interno na UE. Caminha-se, portanto, para um cenário mais favorável do que o da pura austeridade. Quanto à questão dos fluxos de refugiados na UE, defendeu que serão, no futuro, o suporte da nossa economia. Assinalou, ainda, as dificuldades em aumentar o investimento ainda que o cenário para o mesmo seja favorável e o fato da UE ter uma economia superavitária, uma das maiores do mundo, e da necessidade de garantir investimento numa economia global que está a estagnar. É necessário um melhor equilíbrio entre a procura interna e o investimento. Concluiu referindo que no próximo ano será necessário combinar políticas que aliviem o encargo de países com maiores dificuldades, aumentar a competitividade em especial em países com mais dificuldades e reforçar a procura interna, especialmente em países que existe espaço orçamental e fiscal para tal.

A Deputada ao Parlamento Europeu **Maria João Rodrigues**, na sua intervenção assinalou o momento especial da discussão do Semestre Europeu tendo em conta de que no Parlamento Europeu estavam a ser concluídos três relatórios sobre as prioridades da análise anual do crescimento. Dirigindo-se não só aos

Comissários, mas também aos Deputados dos Parlamentos nacionais, frisou a necessidade de uma recuperação muito mais forte no sentido de uma convergência económica e social, de modo a permitir superar a crise e garantir a coesão interna da União Europeia. Registando o excedente existente a situação genérica é preocupante face à situação atual da economia global, sendo necessário aumentar a procura interna – o que exige maior investimento e redução de iniquidades sociais.

Dando relevância à conclusão da União Económica Monetária, aos Fundos Estruturais, às Reformas nacionais e à consolidação orçamental, registou que a gestão da zona euro exige um maior aprofundamento e a promoção da coesão social e económica. Por fim, concluiu com uma mensagem dirigida aos Parlamentos nacionais: a implementação do Semestre Europeu dependerá da apropriação e relevância que lhes derem e de como pretenderem promover a adoção a nível nacional.

De seguida, pediu para usar da palavra antecipadamente a Deputada ao Parlamento Europeu **Catherine Stiller**, pois teria de se ausentar mais cedo, para destacar como pontos centrais do semestre europeu – instrumento precioso para a prosperidade da UE – o crescimento, o emprego e a inovação. Defendeu o envolvimento de um Parlamento Europeu inclusivo, sem discriminação dos Estados-membros que estão na zona euro daqueles que não estão na zona euro. Propugnou a eliminação das barreiras não pautais, a revisão da legislação relativa à contratação pública, a modernização da administração pública, e a colocação do digital ao serviço dos cidadãos. Afirmando que a criação do mercado digital único tem um potencial único de transformar a nossa vida, referiu a necessidade de haver formação e verbas no domínio da capacitação digital, sem a qual o mercado interno nunca seria completado.

A encerrar o período de intervenções iniciais, a Deputada ao Parlamento Europeu **Sofia Ribeiro** enunciou como desafios que se colocam no Semestre Europeu a procura das melhores soluções para uma maior estabilidade e para alcançar um desenvolvimento mais sustentado. Se, por um lado, o objetivo económico e financeiro deve ter como primeiro e último objetivo a capacitação do ser humano, por outro, é necessário garantir as condições para a criação de emprego. Indicou o desafio demográfico à UE como uma questão a considerar na sustentabilidade dos regimes de segurança e previdência social e concluiu com

a referência ao Relatório assente no equilíbrio entre a economia social e a economia de mercado sustentado em 3 pilares: as reformas estruturais, a consolidação orçamental e o investimento em que o capital humano assume um papel transversal e central, defendendo, por fim a redefinição do calendário do Semestre Europeu.

Seguiu-se um período de debate, no qual intervieram membros das Delegações dos Parlamentos de França, Alemanha, Letónia, Roménia, Bulgária, Grécia, Áustria, Estónia, Dinamarca e Turquia, que abordaram, entre outros assuntos, a situação periclitante da União Bancária, estando em risco a coesão dos Estados-membros o que pode conduzir a uma comunitarização dos riscos que não resolve os problemas económicos, bem como a possibilidade das despesas de refugiados e imigrantes não serem incluídas nas contas do défice orçamental ou o excesso de regulamentação para a atividade das empresas.

Neste debate, intervieram da parte da delegação da Assembleia da República, as Senhoras e os Senhores Deputados **Wanda Guimarães (PS)**, **Eurico Brilhante Dias (PS)** e **Manuel Rodrigues (PSD)**.

A Senhora Deputada **Wanda Guimarães (PS)** começou por referir que tendo sido já dito que Europa precisa de uma recuperação reforçada com políticas económicas e sociais que apostem no crescimento e no emprego, o plano de investimento europeu sendo um primeiro passo, seria insuficiente – estava em falta a defesa do investimento público nos serviços em áreas-chave. Em relação ao Semestre Europeu continuava evidente o desequilíbrio entre a vertente económica e social e o Relatório dos 5 Presidentes era omissivo em soluções neste sentido. Assim, nesse contexto o diálogo social deveria voltar a ser um instrumento fundamental para o sucesso de reformas inclusivas e sustentáveis nos domínios económico, social e do emprego. Por fim questionou qual a forma mais eficaz de dar consistência ao diálogo social e de envolver plenamente os parceiros sociais neste processo para que sejam consultados em todos os aspetos que direta ou indiretamente estejam relacionados com o emprego e o mercado de trabalho.

O Senhor Deputado **Eurico Brilhante Dias (PS)** usou da palavra para sublinhar que, na pendência de avanços na União Bancária, há Estados-membros que sofrem grandes dificuldades, porque a UE não estava preparada com

instrumentos adequados para lidar com a crise depois de 2010 e os países que mais sofrem com choques assimétricos desta União Económica e Monetária foram os que sofreram com mais austeridade; e para perguntar como se pode transladar para o Semestre Europeu os aspetos que dizem respeito à convergência económica, sob pena do aprofundamento da divergência e de que a emigração e o desemprego provoquem nalguns países uma diminuição significativa do seu PIB potencial.

O Senhor Deputado **Manuel Rodrigues (PSD)** interveio para referir que nos últimos anos se tem assistido a uma discriminação quanto aos custos de financiamento entre países na periferia e países no centro da Europa, sendo necessário a aceleração da velocidade e do âmbito da União Bancária para mitigar esta diferença de custo de financiamento – o que implica perda de competitividade para as empresas. Alertou, assim, para a necessidade da implementação célere do mecanismo de garantia de depósitos europeu como uma política central para mitigar esta discriminação.

**Thomas Händel**, Presidente da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, agradeceu a participação de todos e encerrou os trabalhos, concluindo com uma referência ao facto das diversas intervenções sobre o Semestre Europeu mencionarem a questão do emprego, explicitando que a criação de emprego não é um efeito secundário, mas um objetivo por si só.

### **3. Reunião interparlamentar das Comissões - Sessões de trabalho organizadas pelas Comissões dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON), do Emprego e dos Assuntos Sociais (EMPL) e dos Orçamentos do Parlamento Europeu (BUDG).**

Na parte da tarde decorreram as reuniões das Comissões interparlamentares organizadas pela Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON) – na qual participaram os Senhores Deputados Eurico Brilhante Dias (PS) e Manuel Rodrigues (PSD); pela Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais (EMPL) – na qual participaram as Senhoras Deputadas Wanda Guimarães (PS) e Sandra Pereira (PSD); e pela Comissão dos Orçamentos (BUDG) – na qual participaram os Senhores Deputados **Jorge Paulo Oliveira (PSD)**, **Paulo Trigo Pereira (PS)** e **Isabel Pires (BE)**.

### 3.1 Reunião interparlamentar organizada pela Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON)

**Tópicos:**

- **Follow up BEPS** (Base Erosion and Profit Shifting – erosão da base tributária e transferência de lucros)
- **União Bancária: situação atual.**

**Copresidida por:** Roberto Gualtieri, Presidente da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON) do Parlamento Europeu e por Arthur Elzinga e Martin van Rooijen da Comissão de Finanças do Senado Holandês.

Intervenções iniciais de: - *Follow-Up do BEPS* - **Valère Moutarlieri**, da DG TAXUD da Comissão Europeia; **Caroline Malcom**, Counsellor, Centre for Tax Policy and Administration, OECD; **Alain Lamassoure**, MEP, Chair of Special Committee on Tax Rulings and Other Measures Similar in Nature or Effect (TAXE 2); **Hugues Bayet**, relator da Diretiva anti-BEPS; **Hans Michelbach**, Member of the German Bundestag; **Martin van Rij**, membro do Senado dos Países Baixos (Eerste Kamer); **Ladislav Kamenický**, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento do Parlamento da Eslováquia. – *União Bancária: situação atual* – **Danièle Nouy**, Presidente do Conselho Supervisor do BCE; **Elke König**, Presidente do Conselho Único de Resolução; **Roberto Gualtieri**, Presidente da Comissão ECON e relator do primeiro relatório anual sobre a União Bancária; **Danuta Hubner**, membro da Comissão ECON; **Karine Berger**, membro da Comissão de Finanças da Assembleia Nacional francesa; **Henriëtte Prast**, membro do Senado dos Países Baixos (Eerste Kamer).

Participaram nesta sessão os Senhores Deputados Eurico Brilhante Dias (PS) e Manuel Rodrigues (PSD).

No período de debate interveio o Senhor Deputado **Eurico Brilhante Dias (PS)**.

Deu início a esta sessão **Roberto Gualtieri**, Presidente da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON), que deu as boas vindas às Delegações dos Parlamentos nacionais, recordando que a Comissão ECON tem estado empenhada em que a progressão das reformas da governação económica na União Europeia seja acompanhada de um aumento da responsabilização democrática, relevando, nesta perspetiva, a importância do Parlamento Europeu e dos Parlamentos nacionais na presente sessão.

- i. Follow-Up do BEPS (Base Erosion and Profit Shifting – erosão da base tributável e transferência de lucros)*

No período dedicado às intervenções iniciais, começou por usar da palavra **Caroline Malcom**, do Centro de Política e Administração Fiscal da OCDE, para apresentar os principais aspetos da iniciativa da OCDE sobre a erosão da base tributável e transferência de lucros (BEPS), justificando o seu cariz crítico pela

exigência da economia moderna de uma abordagem mais global face às diferenças que se registam a nível nacional em matéria de regulação fiscal. Admitiu a ambição deste pacote de medidas, muito abrangente, sendo o grande desafio o da sua aplicação – os legisladores terão de pensar prioridades e ritmos de aplicação.

**Valère Moutarlieir**, responsável da DG TAXUD da Comissão Europeia, tomou de seguida a palavra, procurando não repetir, mas antes complementar o já antes referido em matéria do programa BEPS, cujas medidas a nível global cobriam um campo de ação já há muito procurado pela Comissão Europeia – de oferecer um enquadramento mais justo em termos da repartição da carga fiscal no mercado interno e simultaneamente atraente para as empresas. Tratar-se-ia de uma questão eficaz, que facilitava a vida aos Estados-Membros no sentido de consolidação da sua base fiscal e de uma maior segurança jurídica aos atores económicos, para além de ser uma questão de justiça e de equidade fiscal, impondo a tributação dos lucros onde estes ocorrem. Deu alguns exemplos de medidas adotadas com vista a combater a transferência de lucros, tais como a reforma dos regimes favoráveis à investigação, objeto de acordo no ECOFIN no ano anterior ou a transparência entre Administrações públicas, nomeadamente a adoção da Diretiva em 2015 para o intercâmbio automático dos registos fiscais, esclarecendo que, em sede de metodologia, seria sempre de observar a soberania dos Estados-Membros nesta matéria e o respeito pelos princípios da subsidiariedade e de proporcionalidade. Os instrumentos seriam de ordem legislativa, ao nível da *soft law* e, ainda, pela coordenação das políticas nacionais, sendo o contributo dos Parlamentos nacionais essencial.

De seguida interveio **H. Bayet** responsável no Parlamento Europeu pelo [relatório sobre a elisão e a evasão fiscais como desafios à governação, à proteção social e ao progresso nos países em desenvolvimento](#) e que compreende o plano de ação BEPS da OCDE como um das soluções existentes a nível global, enfatizando a necessidade de harmonização e qualificando de etapa fundamental o novo pacote apresentado por Pierre Moscovici. Todas as regras aplicáveis às empresas multinacionais deveriam ser verificadas e deveria haver um número de identificação europeu para empresas a operar na União Europeia. Medidas importantes a adotar passariam pela troca de informações e por relatórios país por país, bem como as propostas BEPS, nomeadamente a de evitar dupla tributação e a limitação da dedutibilidade de juros. Referindo que as

empresas que não pagam impostos no país em que operam estariam a prejudicar o modelo social, deixou um apelo Senhores Deputados dos Estados-Membros presentes no sentido de exercerem pressão junto dos respetivos Governos para que fosse possível alcançar resultados concretos na área da fiscalidade na União Europeia.

Intervieram também neste painel **Alain Lamassoure (Parlamento Europeu)** Presidente da Comissão Especial sobre as Decisões Fiscais Antecipadas e Outras Medidas de Natureza ou Efeitos Similares (TAXE 2), que notou a relevância do tema, o qual apenas tinha ganho mais atenção com o caso Luxleaks, que veio alterar completamente a situação em relação às empresas; **Hans Michelbach**, do *Bundestag*, para dizer que o que falta é passar à ação tendo como princípio de que a criação de valor só deve ser tributável onde ocorre, objetivo para o qual o número de identificação europeu pode ser um bom contributo; **Martin van Rij**, do Senado do Parlamento dos Países Baixos, para partilhar as medidas já adotadas nos Países Baixos, nomeadamente, uma regra anti- abuso fiscal e de um acordo com 24 países em desenvolvimento; e, por fim, **Vladislav Kamensky**, do Parlamento da Eslováquia, expressou a posição do seu país neste domínio, que participa em todos os tipos de cooperação administrativa com vista a combater a evasão fiscal, bem como o interesse pela iniciativa BEPS da OCDE, muito interessante para a UE, apoiando a aplicação e implementação destas recomendações de uma forma integral, para evitar duplicidade não desejada e prosseguir-se numa boa governação na área fiscal.

Após as intervenções iniciais seguiu-se uma troca de pontos de vista entre os participantes, tendo intervindo representantes de várias Delegações, nomeadamente, dos Parlamentos de França, da Bélgica, de Malta, do Parlamento Europeu, do Parlamento Romeno, do Parlamento da Dinamarca e do Parlamento da Estónia.

Foram diversos os tópicos abordados, desde logo a dificuldade na abordagem ao tema, dado a fiscalidade ser um domínio de competência nacional – ainda que o *Luxleaks* tivesse contribuído para que se tornasse uma preocupação comum. Foram ainda focadas, entre outras, as questões relativas à necessidade de considerar o impacto das medidas propostas em relação às pequenas economias que estão expostas a riscos mais elevados, da necessário melhoria na interoperabilidade e compatibilidade entre os diferentes sistemas nacionais e

da transferência rápida para a legislação nacional desta iniciativa BEPS, com o princípio claro de que a tributação deve ocorrer onde o valor é produzido, bem como da dependência do êxito desta iniciativa de uma representação plena do princípio da subsidiariedade, no qual se baseia a tributação.

A mesa respondeu conjuntamente aos comentários e questões suscitadas, após o que foi encerrada a sessão.

*ii. União Bancária: situação atual.*

Na sua intervenção inicial **Danièle Nouy**, Presidente do Conselho de Supervisão do Banco Central Europeu, referiu-se à avaliação do sector bancário na zona euro, que era agora muito mais resistente do que em relação ao ano de 2012 para fazer face a choques económicos. Haveria ainda a situação de alguns bancos com créditos mal parados, mas registava-se em geral que a qualidade do capital tinha melhorado, acreditando estar-se no bom caminho. Mencionou ainda que para o Banco Central Europeu ser um supervisor que trate por igual todos os bancos supervisionados é necessário, por um lado, regras homogéneas e, por outro, uma aplicação homogénea dessas regras. As regras bancárias diferenciadas resultariam da opção que os Tratados dão aos Estados Membros nesta matéria, sendo que a aplicação nacional está dependente da transposição de diretivas. Conclui, por fim, que o sistema de supervisão criado para apoiar os decisores da UE, tem ação limitada, dependendo da ajuda destes para conseguir cumprir o seu mandato.

De seguida, interveio **Elke König**, Presidente do Conselho Único de Resolução (SRB) que destacou os sucessos alcançados no ano de 2015 pela autoridade de resolução, nomeadamente o memorando de entendimento entre o BCE e o SRB para troca de informação, a publicação prevista, para o mês de dezembro, de um guia da supervisão e a publicação do manual de resoluções em tempo de crise. Referiu, ainda, a necessidade de coordenação interna na zona euro e fora da zona euro, explicitando que o SRB encara o futuro com a esperança de que em 2016 haja bons planos de resolução. Concluiu atualizando a informação relativa ao Fundo Único de resolução, cuja fonte de financiamento deveria ser pública, com um orçamento previsto de 3 a 4 mil milhões de euros, e retomou a

ideia já anteriormente expressa de que os bancos hoje estão mais robustos e seguros.

**Roberto Gualtieri**, Presidente da Comissão ECON e relator do primeiro relatório anual sobre União Bancária, começou por indicar que aquele relatório já tinha sido aprovado por mais de 80% dos Deputados do Parlamento Europeu. Depois, manifestou também concordância com a referência de Danièle Nouy, em relação à melhoria da qualidade de capital, notando, porém, a falta de clareza na legislação. Realçando que a União Bancária estaria a ser trabalhada no processo legislativo, nomeadamente no que toca à questão das reduções das soberanias, dizendo, por fim, esperar poder contar com um maior aprofundamento na discussão com Parlamentos nacionais

Por seu turno, **Danuta Hubner**, membro da Comissão ECON, salientou que a União Bancária tinha sido criada para que as crises bancárias não sejam crises soberanas e que neste momento há um debate que deve ser aberto a todos os interessados na definição de regras face a uma Europa a duas velocidades, entre os países que estão dentro e aqueles que estão fora da zona euro – até porque muitos dos países fora da zona euro aderiram à União Bancária.

**Karne Berger**, membro da Comissão de Finanças da Assembleia Nacional francesa, deu um ponto de situação sobre a aplicação da União Bancária no seu país, dando nota de que todos os mecanismos previstos na União Bancária são aplicáveis. Assinalou o facto de o debate em curso demonstrar que ainda se está num plano muito abstrato, questionando qual o significado da União Bancária para o cidadão europeu para depois concluir que ainda falta um último passo para que funcione para os cidadãos – a garantia de depósitos.

Do Senado do Parlamento dos Países Baixos interveio **Henriete Prast**, que este sistema suscita divisão no seu país, havendo dois aspetos que deveriam ser alterados, na medida em que podem ter um resultado oposto ao pretendido, designadamente no que diz respeito ao Fundo, devendo o dinheiro estar depositado no BCE para estar disponível imediatamente para quem dele precise, bem como a regra que deveria ser prevista a regra de pedir maiores contribuições aos bancos com mais riscos e contribuições menores aos que se apresentem mais robustos e com menos riscos.

Após as intervenções iniciais seguiu-se uma troca de pontos de vista entre os participantes, tendo intervindo representantes de várias Delegações, nomeadamente, dos Parlamentos da Roménia, Bundestag da Alemanha, Assembleia Nacional francesa, Senado da República Checa e Câmara dos Deputados italiana.

Os aspetos focados pelos membros das Delegações nacionais incidiram fundamentalmente, por um prisma, sobre os instrumentos que a União Bancária tem à disposição, a regulamentação e qual a abrangência que é necessário dar no que toca às atividades de *shadow banking*, bem como a coerência das políticas de regulação na UE, nomeadamente, de regulação e supervisão; por outro prisma, a concentração do poder financeiro em grandes polos significar também a possibilidade de determinar as políticas do governo, e a defesa da separação dos poderes e tipologia dos bancos comerciais, e a limitação às grandes concentrações de capital.

O Senhor **Deputado Eurico Brilhante Dias (PS)**, também interveio para focar dois aspetos importantes: em primeiro lugar, o desequilíbrio na União Bancária pelo facto de o 3º Pilar não estar concluído, o que faz com que para alguns Estados-Membros a perceção de risco seja superior à de outros, o que resulta no pagamento de *spreads* mais altos por empresas, nomeadamente por pequenas e médias empresas (PME), o que desequilibra a concorrência no mercado interno, sendo portanto, necessário acelerar a garantia de depósito europeia, o sistema europeu de seguro de garantia de depósitos; depois, a situação frágil que alguns bancos têm apresentado, nomeadamente em Portugal que tem protagonizado as notícias nesta matéria nos últimos tempos, tem levado a que os bancos sintam que há um processo de concentração que é perigoso, porque estamos a construir na UE um conjunto de entidades bancárias de grande dimensão, nalguns casos *too big to fail*. Deve ser prosseguido o caminho da separação da banca de investimento da banca comercial.

Usou também da palavra a Senhora **Deputada portuguesa ao Parlamento Europeu, Elisa Ferreira**, que subscreveu a intervenção prévia do Senhor Deputado Eurico Brilhante Dias, para alertar o perigo de se criar uma situação de risco sistémico com a implementação da BRRD sem outras medidas importantes e que ficaram por referir pelos oradores da sessão.

A mesa respondeu conjuntamente aos comentários e questões suscitadas, após o que foi encerrada a sessão.

O registo vídeo desta sessão de trabalho está disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/ep-live/en/committees/video?event=20160216-1500-COMMITTEE-ECON>

### 3.2 Reunião Interparlamentar organizada pela Comissão de Emprego e dos Assuntos Sociais do Parlamento Europeu (EMPL)

**Tópicos:**

- *O que é um Triplo A social? – Pilar Europeu dos Direitos sociais, incluindo mecanismos de fixação de salários;*
- *Políticas de Investimento com vista à criação de emprego: instrumentos de investimento da EU e políticas em matéria de competências.*

**Copresidida por:** Thomas Händel, Presidente da Comissão de Emprego e Assuntos Sociais do Parlamento Europeu.

**Intervenções iniciais de:** Georges Engel, Presidente da Comissão do Trabalho, do Emprego e da Segurança Social da Câmara dos Deputados do Luxemburgo, Nikolaos Manios, Comissão dos Assuntos Sociais do Parlamento Helénico, **Brigitte Van der Burg**, Presidente da Comissão dos Assuntos Sociais e do Emprego da Câmara de Representantes dos Países Baixos, **Jaroslav Zavadil**, Presidente da Comissão dos Assuntos Sociais da Câmara de Deputados da República Checa.

Participaram nesta reunião interparlamentar por parte da delegação parlamentar da Assembleia da República, a Senhora Vice-Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social, Deputada **Wanda Guimarães (PS)**, e a Senhora Deputada **Sandra Pereira (PSD)**.

No período de debate interveio a Senhora Deputada **Wanda Guimarães (PS)**,

O Presidente da Comissão de Emprego e dos Assuntos Sociais do Parlamento Europeu (EMPL) do Parlamento Europeu, Deputado ao Parlamento Europeu Thomas Händel, deu as boas-vindas a todos os participantes e começou por informar que a Comissão Europeia apresentará, em breve, várias propostas nesta área, que são aguardadas com expectativa, designadamente, a concretização da ideia do Presidente da Comissão Europeia de um salário igual para trabalho igual em local idêntico.

*i. O que é um Triplo A social? – Pilar Europeu dos Direitos sociais, incluindo mecanismos de fixação de salários*

A primeira intervenção coube ao Presidente da Comissão do Trabalho, do Emprego e da Segurança Social da Câmara dos Deputados do Luxemburgo, Deputado **Georges Engel**, que aludiu à importância de valorizar a dimensão social, considerando que a criação de uma notação social visa avaliar a capacidade dos Estados-Membros de darem respostas sociais. Recordou excertos da Declaração de Schumann relativos à dimensão social do projeto europeu, bem como aludiu aos sucessivos Tratados europeus. Considerou que a recente crise conduziu a níveis inaceitáveis de desemprego (em especial, jovem), pobreza (em particular, pobreza infantil), privação material e aumento das desigualdades, que colidem com os objetivos do projeto europeu. Considerou essencial colocar as questões sociais no centro das preocupações se a União quiser evitar a exclusão social e o aparecimento de movimentos extremistas. Acrescentou que uma União socialmente forte deverá ser a base da cooperação europeia e não uma União apenas orientada para questões económicas. De seguida, centrou-se na importância do modelo social europeu, que é caracterizado, essencialmente, por serviços públicos fortes, diálogo social e prestações sociais. Considerou, assim, fundamental a integração no semestre europeu da preocupação com uma governação social, referindo que a Presidência Luxemburguesa esforçou-se por colocar esta questão no centro das prioridades, paralelamente ao relançamento económico. Concluiu, salientando a importância de garantir uma governação social e económica.

A segunda intervenção coube ao Presidente da Comissão dos Assuntos Sociais do Parlamento Helénico, Deputado **Nikolaos Manios**, que defendeu que as reformas estruturais e os programas de ajustamento não colaboram para a melhoria da vida das pessoas e que visam essencialmente questões orçamentais sem se preocupar com as consequências sociais. Acrescentou ainda que a gestão da crise focou-se em questões macroeconómicas e orçamentais, sem ter em consideração as repercussões sociais das medidas propostas. No seu entender, apenas um novo equilíbrio de prioridades pode implementar uma verdadeira política social. Neste sentido, sugeriu uma cooperação

reforçada e mais sinergias entre o Comité Económico e Social e o ECOFIN e considerou, ainda, fundamental incluir os parceiros sociais e os Parlamentos nacionais neste debate. Aludiu à importância da contratação coletiva, tendo descrito brevemente a evolução e a importância, referindo que a Grécia tinha abolido esta possibilidade, no quadro do programa de ajustamento, e que o atual Governo estava empenhado em tentar reintroduzir por considerar que a abolição de acordos coletivos infringe os direitos dos trabalhadores. No que diz respeito ao “Pilar Europeu dos Direitos Sociais” defendeu que este deve promover e completar a proteção dos trabalhadores na União Europeia, pois caso contrário será apenas um nome vazio. O “Pilar” deverá, no seu entender, assentar em dois eixos: por um lado, garantir que existe um equilíbrio nas relações entre trabalhadores e empregadores - os trabalhadores são a força mais fraca e apenas se obtém equilíbrio se se proteger os trabalhadores e, por outro lado, estabelecer padrões baseados nas melhores práticas dos Estados-Membros, mas envolvendo os sindicatos, o que permitiria garantir a coesão e proteção sociais. Concluiu referindo que não pode existir um verdadeiro “Pilar” se não se aplicar para todos os que habitam no espaço União, sem discriminação.

No debate que se seguiu, intervieram Deputados de vários Parlamentos nacionais, que aludiram à necessidade de reforço da dimensão social no âmbito da preparação de políticas (nomeadamente, Parlamentos da Letónia e Finlândia), a importância do diálogo social (nomeadamente, Parlamento da Letónia e da Grécia) e a necessidade de compatibilizar uma economia competitiva com proteção social (nomeadamente, Parlamento da Bulgária e Parlamento Europeu).

Na generalidade das intervenções defendeu-se que as medidas promovidas, no quadro da crise económica, não tiveram em atenção as consequências sociais. O Deputado do Parlamento Helénico aludiu à taxa de 26% de desemprego (na sua maioria jovem) e ao esforço de tentar fomentar o acesso ao mercado de trabalho através da aposta na formação e estágios. A Deputada da Câmara dos Representantes do Parlamento da Roménia sublinhou que a austeridade não resolveu qualquer problema, mas aumentou problemas existentes, recordou que no seu país os salários foram cortados em 25% e as pensões congeladas

entre 2004 e 2014. O Deputado do Parlamento de Espanha aludiu ao duplo impacto da austeridade em Espanha, por um lado, a taxa de desemprego mantém-se acima dos 20% e o desemprego jovem em cerca de 45% e, por outro lado, há mais precariedade e mais insegurança no trabalho.

Foram ainda referidos os impactos dos fluxos migratórios na coesão social e no esforço que os Estados-Membros necessitam de fazer para garantir a integração (nomeadamente, Parlamentos da Grécia, da Eslovénia e da Finlândia). Os Deputados ao Parlamento Europeu focaram a necessidade de respostas ao nível europeu, as quais muitas vezes dependem dos Estados-Membros, que concordam na praça pública, mas que suscitam as maiores dificuldades dentro do Conselho Europeu. De igual modo, foi dado o apoio ao projeto do Presidente da Comissão Europeia de criar indicadores sociais mensuráveis, que possam ser aferidos da mesma forma que os económicos e que possam gerar consequências.

Neste debate interveio a Senhora Deputada **Wanda Guimarães (PS)**, que começou por referir que a austeridade, em Portugal, serviu para minar o equilíbrio social, dando exemplos: o fosso dos salários entre homens e mulheres subiu 3% (a maior subida na UE); a taxa de desemprego atingiu 18%, com 9% são desempregados de longa duração e entre estes, cerca de 44%, são de “muita longa duração”; um quinto da população está no limiar da pobreza (incluindo cerca de 400 mil crianças e jovens); os trabalhadores pobres atingem já cerca de 10% da população ativa e a taxa de desemprego jovem é de cerca de 35%. Considerou que esta situação apenas pode ser ultrapassada criando trabalho com qualidade, pois os trabalhos precários originam disparidades sociais. Considerou, ainda, que só o trabalho com qualidade criará condições para o regresso do número impressionante de imigrantes (altamente qualificados), que saíram dos países com programas de ajustamento. Aludiu, ainda, à importância da concertação social para fomentar o equilíbrio laboral e desafiou a União a criar condições para que estes organismos tripartidos existam e funcionem em todos os Estados-Membros. Finalmente deixou no ar uma interrogação: como é que a União Europeia tendo presente a crise social existente em tantos locais

no espaço europeu espera, prosseguindo o mesmo caminho, atingir a notação social A ou mesmo o Triplo A.

*ii. Políticas de Investimento com vista à criação de emprego: instrumentos de investimento da EU e políticas em matéria de competências*

A Presidente da Comissão dos Assuntos Sociais e do Emprego da Câmara de Representantes dos Países Baixos, Deputada **Brigitte Vander Burg**, foi a primeira oradora do segundo painel, tendo centrado a sua intervenção na importância das *startups* e das PME's na criação de emprego. Aludiu à Agenda para as *startups*, que preconiza 23 propostas para melhorar o ambiente e a promover a criação de emprego. No âmbito do financiamento, advogou novas formas de financiamento privado, como por exemplo o *crowdfunding*. De seguida, abordou a necessidade de iniciar uma análise profunda sobre os impactos da robótica nos empregos em diversas áreas e como antecipar os problemas que daí possam advir, mas também percecionando as potencialidades para a criação de novos tipos de emprego. Finalmente, referiu a importância da orientação vocacional com vista a redirecionar os jovens para as profissões, onde existem empregos.

A segunda intervenção coube ao Presidente da Comissão dos Assuntos Sociais da Câmara de Deputados da República Checa, Deputado **Jaroslav Zavadil**, que começou por aludir ao seu passado como líder de uma confederação de sindicatos para demonstrar a importância de encontrar soluções equilibradas entre trabalhadores e empregadores. Considerou que a austeridade produziu diminuição do investimento e aumento do desemprego. Advogou a importância de subsidiar o emprego jovem e o emprego para pessoas com mais de 55 anos, pois são as franjas de população, onde o desemprego se revela mais problemático, tendo dado exemplos de medidas na República Checa. Considerou, ainda, fundamental fomentar a concertação social entre trabalhadores e empregadores, pois só neste quadro serão possíveis encontrar soluções concretas e realizáveis. Finalmente, relativamente aos fluxos de refugiados, referiu que a República Checa é um país de trânsito e não tanto um destino dos refugiados e estranhou que os refugiados, que

tiveram que fugir e que nada têm, possam escolher para onde querem ir quando a Europa lhes oferece um destino seguro.

No debate que se seguiu, intervieram Deputados de vários Parlamentos nacionais, que aludiram ao impacto da crise na vida das pessoas em toda a Europa, ainda que com diferentes intensidades. Por exemplo, a representante do Parlamento de Espanha evocou a taxa de desemprego jovem que se situa acima dos 50% em Espanha, enquanto a representante do Parlamento da Sérvia referiu que o desemprego jovem se situa no seu país em cerca de 40%.

Relativamente à forma de ultrapassar a crise social, foi defendida a promoção de mobilidade de trabalhadores no espaço da União Europeia (Sejm da Polónia), mas transversalmente foi defendida a necessidade de investimento na economia como gerador de empregos (neste sentido, nomeadamente, Parlamento Europeu, Sejm da Polónia, Câmara dos Representantes da Roménia, Parlamento de Chipre). No entanto, se alguns Deputados defenderam a importância do Plano de Investimento Europeu como forma de desenvolver parcerias público-privadas (nomeadamente, Câmara dos Representantes da Roménia), outros suscitaram dúvidas sobre a capacidade do Plano de criar empregos a tempo das necessidades (nomeadamente, Parlamento Europeu) e outros recusaram qualquer investimento público para fomentar a criação de empregos (Deputados do Sejm da Polónia e do parlamento de Chipre).

O debate abordou ainda a necessidade de respeitar a Carta Europeia dos Direitos Sociais e criar empregos com qualidade (Parlamentos da Letónia e Sejm da Polónia), mas também empregos estáveis e duradouros e não estágios, que prolonguem indefinidamente a precariedade (neste sentido, parlamentos da Eslovénia, Chipre e Parlamento Europeu).

Finalmente, vários intervenientes abordaram a necessidade de criar indicadores e critérios sociais para, no quadro do Semestre Europeu, ser possível avaliar as consequências sociais das medidas propostas (neste sentido, nomeadamente, o Parlamento Europeu e o Parlamento da Eslovénia).

O Presidente da Comissão EMPL do Parlamento Europeu concluiu referindo que é consensual a necessidade de investir e a relação entre investimento e emprego. No entanto, considerou que apenas um reforço do Plano de Investimento Europeu pode tentar colmatar o decréscimo de investimento dos últimos anos. Considerou, ainda, fundamental rever os critérios de utilização de recursos do Fundo Social Europeu. Finalmente, referiu que o mundo do trabalho está em mutação e que há muitos postos de trabalho que vão deixar de existir com a “industrialização 4.0”, a qual pretende aumentar a produtividade em cerca de 20% nos próximos 15 anos. Isso implicará outro tipo de trabalho e trabalhos, mas não resolverá a questão do desemprego, pelo contrário, para combater o desemprego será necessário preparar os trabalhadores para o futuro e preparar uma estratégia que possibilite o futuro de mercado de trabalho não marginalize.

O registo vídeo desta sessão de trabalho está disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/ep-live/en/committees/video?event=20160216-1500-COMMITTEE-EMPL>

### 3.3 Reunião Interparlamentar organizada pela Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu (BUDG)

**Tópicos:**

- *Revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020*
- *Equilibrar as novas urgências e as prioridades políticas existentes para a segunda metade do QFO 2014-2020.*

**Copresidida por:** Jean Arthuis Presidente da Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu (BUDG), Deputado ao Parlamento Europeu.

**Intervenções iniciais de** Isabelle Thomas, Deputada ao Parlamento Europeu, Nikolaos Manios,

Deputado **Wouter Koolmees**, membro das Comissões de Finanças e de Assuntos Europeus da Câmara dos Representantes do Parlamento dos Países Baixos; A Assessora Principal do Alto Comissariado para os Refugiados das Nações Unidas, **Anabelle Roig-Granjon**; O Secretário-Geral do Conselho Europeu para os Municípios e Regiões (CEMR), **Frédéric Vallier**; a Deputada **Antonella Incerti**, membro da Comissão para o Emprego nos Setores Público e Privado da Câmara de Deputados Italiana

Participaram nesta reunião interparlamentar por parte da delegação parlamentar da Assembleia da República, o Senhor Vice-Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, Deputado **Paulo Trigo Pereira (PS)**, o Senhor Deputado **Jorge Paulo Oliveira (PSD)** e a Senhora Deputada **Isabel Pires (BE)**.

O Presidente da Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu (BUDG), Deputado ao Parlamento Europeu **Jean Arthuis**, iniciou os trabalhos, dando as boas-vindas a todos os Deputados dos Parlamentos nacionais. Identificou como tema central a revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual (QFP). Nesse âmbito aludiu à importância do orçamento da UE, que corresponde a 1% do Produto Interno Bruto da União, mas que no entanto, os recursos próprios não ultrapassam 10% do total do orçamento, pelo que existe uma dependência dos contributos dos Estados-Membros. Ainda que exista necessidade de reforçar a independência do orçamento da EU através de um aumento dos recursos próprios, a eventual criação de um imposto europeu não pode sobrecarregar os cidadãos, pelo que tem de ser equilibrado ou através da redução dos impostos a nível nacional ou através da afetação de uma parte de um imposto já existente diretamente para o orçamento europeu. De seguida, deixou uma crítica velada ao financiamento do Plano Juncker, por este ter ido buscar as verbas a programas europeus e não ter considerado ir buscar ao dinheiro que é “devolvido” aos Estados-Membros.

De seguida, deu a palavra à Deputada ao Parlamento Europeu **Isabelle Thomas**, que é co-relatora da revisão do QFP. Do ponto de vista jurídico, o procedimento é muito simples, pois cada orçamento anual europeu baseia-se no quadro plurianual de sete anos estabelecido no QFP. No entanto, referiu que o problema é quando acontecem circunstâncias extraordinárias, que exigem revisões para flexibilizar a resposta da União e, assim, descreveu diversos constrangimentos à execução orçamental e dificuldades que derivam da rigidez do orçamento europeu. Nesse sentido realçou a importância da revisão intercalar do QFP, colocando a tónica na dependência da UE face aos orçamentos dos Estados-Membros, o que dificulta a capacidade de tomar determinadas medidas. Aproveitou para criticar os Estados-Membros que exigem medidas e projetos à União Europeia, mas que não estão disponíveis para pagar. Referiu depois diversas questões que estão em cima da mesa no âmbito da revisão do QFP, nomeadamente, a problemática dos “satélites orçamentais”, a inflexibilidade do orçamento e as decisões do Conselho Europeu, que é co-legislador.

#### *Revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020*

O Deputado **Wouter Koolmees**, membro das Comissões de Finanças e de Assuntos Europeus da Câmara dos Representantes do Parlamento dos Países Baixos, iniciou a sua intervenção questionando que futuro se espera para o QFP. No seu entender a revisão do QFP tem de incidir em 3 níveis: sistema complexo de receitas; responsabilização nas despesas com mais concentração no valor acrescentado da despesa europeia; e mais flexibilidade na aplicação do QFP. Os Estados-Membros têm de assumir as suas responsabilidades no que diz respeito ao orçamento europeu e defendeu a definição clara de objetivos europeus, que tenham um valor acrescentado mensurável.

No período de debate, foi abordada a necessidade de flexibilidade na utilização dos meios, tendo o representante do Senado de França advogado a possibilidade de recursos atribuídos à agricultura, ambiente e coesão (num total de cerca de 72%) poderem serem transferidos para dar respostas a urgências, a contrario, os Deputados ao Parlamento Europeu intervieram referindo que a flexibilidade já existe e o que é necessário é rever a ideia de perspetivas financeiras e adequá-las ao aumento das competências da União. De igual modo, foi sublinhada por vários intervenientes a necessidade da revisão intercalar ter de garantir os fundos necessários para cobrir todos os

compromissos (neste sentido, Parlamento Europeu e Bundestag da Alemanha). Foi ainda abordada a premência de um debate conclusivo sobre os recursos próprios da União (Parlamento da Eslováquia e Parlamento Europeu) e a necessidade de ultrapassar os sistemáticos atrasos nos pagamentos que dificultam a operacionalização de diversos programas (neste sentido, vários Parlamentos nacionais e vários representantes do Parlamento Europeu). Finalmente, o Presidente da Comissão BUDG referiu que os Parlamentos nacionais têm um papel importantíssimo no escrutínio dos respetivos Governos com vista a assegurar uma efectiva revisão do QFP.

*Equilibrar as novas urgências e as prioridades políticas existentes para a segunda metade do QFO 2014-2020*

*i.* Os recursos financeiros necessários para responder à crise de refugiados

A Assessora Principal do Alto Comissariado para os Refugiados das Nações Unidas, **Anabelle Roig-Granjon**, começou por aludir às necessidades financeiras inerentes à crise de refugiados, que devem ser ponderadas no âmbito da revisão intercalar do QFP. Referiu ainda que os instrumentos de flexibilidade foram utilizados na sua plenitude, mas é importante introduzir novos mecanismos para fazer face aos desafios colocados pelos requerentes de asilo, pela emigração e pelas necessidades de integração. Informou que chegaram à Europa desde o Verão até ao final de 2015, cerca de 1 milhão de pessoas e desde o início de 2016 já foram contabilizadas mais de 80.000 pessoas. Esclareceu que não se trata de uma crise migratória, mas sim de uma crise de refugiados, pois mais de 80% das pessoas em causa têm origem em países listados na ONU como países de origem de refugiados tendo em conta as situações nos países. Relativamente à revisão intercalar do QFP, sugeriu que talvez fosse tempo de abordar as medidas no âmbito da crise de refugiados não como medidas extraordinárias, mas sim como medidas estruturais, pelo que defendeu a criação de um Fundo fiduciário, à margem do orçamento europeu, com vista a financiar as respostas da crise. De igual modo, suscitou a questão de saber se a UE não deveria ser um dador internacional em nome próprio e se não deveria ser criado um mecanismo humanitário intra-comunitário.

O Secretário-Geral do Conselho Europeu para os Municípios e Regiões (CEMR), **Frédéric Vallier**, começou por traçar o quadro da resposta dos eleitos locais à

questão dos refugiados, referindo que os custos dos municípios e das regiões não são, na maioria das vezes, compartilhados. Os países que estão na primeira linha de receber os refugiados são aqueles que também são objeto de programas de austeridade e que têm diminuído as verbas para as regiões e municípios. De acordo com as estimativas do CEMR, a repartição de custos é em 2/3 suportado pelas entidades locais e 1/3 pelos níveis regionais/nacionais, pelo que defendeu que deve existir uma maior flexibilidade de acesso aos fundos europeus por parte dos municípios. Relativamente à criação de um Fundo fiduciário ou ao estabelecimento de recursos próprios da União para financiar a resposta a esta crise, alertou que apenas os Estados-Membros que colaborarem na resposta, deverão poder aceder a esses apoios financeiros. No processo de revisão do QFP, defendeu ainda que fossem consagrados mais recursos para medidas de integração ou fosse possibilitada a transferência de fundos não utilizados. Por último, defendeu a criação de programas de cooperação entre as cidades de acolhimento e as cidades de origem dos refugiados, com vista a colaborar na integração dos refugiados.

No período de debate, foi defendido que a revisão deve ser orientada pelos princípios de regularidade, transparência e boa contabilidade e que nesse sentido as novas formas de financiamento não podem originar um peso na despesa pública, que crie dívidas para a geração seguinte (neste sentido Deputados do parlamento da Finlândia e do Bundestag da Alemanha). Paralelamente, foi defendida a importância da política de coesão, que deve poder ser utilizada também no esforço de integração dos refugiados (neste sentido, Deputada do Sejm da Polónia e Deputado do Parlamento Europeu). Por último, foi ainda abordada a questão da priorização dos meios para combater as crises face a tentar colaborar para as resolver (Deputado do Parlamento Europeu).

Nesta sessão interveio ainda a Senhora Deputada **Isabel Pires (BE)**, que começou por referir que tem concluído que o orçamento europeu é escasso para os compromissos existentes e mais escasso ainda se se considerar a panóplia de crises que exigem respostas da União Europeia: não apenas a crise financeira e orçamental, mas também a crise humanitária, de refugiados, a implosão de Schengen, o aparecimento de movimentos extremistas, o desemprego jovem, entre outras. Considerou que o orçamento europeu tem dois caminhos: ou aumenta o investimento – tendo considerado que isso implica um debate político muito mais profundo – ou discute seriamente as prioridades políticas do

orçamento europeu. Sobre o tema específico deste painel, considerou que existe uma necessidade de reequilibrar o esforço dos vários Estados-Membros na resposta dada à crise dos refugiados e que tem de existir mais solidariedade e mais apoio para os Estados-Membros que sofrem as pressões de entrada de refugiados, mas também para aqueles que respondem ao esforço de integração. Concluiu referindo que a resposta tem de passar, mais do que por recursos e verbas, por Direitos Humanos.

*ii. Os recursos financeiros necessários para ultrapassar a crise económica e social, o exemplo da “Garantia Jovem”*

A oradora desta sessão foi a Deputada **Antonella Incerti**, membro da Comissão para o Emprego nos Setores Público e Privado da Câmara de Deputados Italiana, que começou por considerar que o programa “Garantia Jovem” está a dar bons resultados. Começou por definir sucintamente o programa e os seus destinatários e referindo algumas das políticas ativas levadas a cabo em Itália para aproveitar o programa, considerando que existem já efeitos tangíveis de integração dos jovens no mercado de trabalho. No entanto, considerou que seria importante prolongar este programa e aumentar o financiamento, pois os dados recentes indicam algum crescimento económico, mas que não é suficiente para influenciar a criação de empregos. Acrescentou ainda que as previsões indicam que a taxa de desemprego na zona euro deve manter-se em torno dos 10%, sendo cerca de 21% desemprego jovem, pelo que considerou não ter sido ainda afastado o risco de existir uma geração perdida.

No debate, intervieram três Deputados. A primeira Deputada ao Parlamento Europeu aludiu à situação na Irlanda, que tem a segunda taxa mais elevada de desemprego jovem (aproximadamente 25%), referindo os riscos de doenças mentais entre os jovens desempregados. De seguida, considerou que a “Garantia Jovem” não tem a abrangência desejada e que continuam a existir demasiados jovens que não chegam ao mercado de trabalho.

A segunda intervenção coube a um Deputado do Parlamento da Eslováquia, que referiu o sucesso da “Garantia Jovem” no seu país. Informou que 86% dos jovens, que entraram no programa ficaram empregados e que a perceção geral relativamente ao programa é muito satisfatória. Considerou que a avaliação não

deve interromper a execução do programa e que deve existir cooperação entre os Deputados ao Parlamento Europeu e os Deputados nacionais com vista a defenderem a manutenção do programa.

A Senhora Deputada **Isabel Pires (BE)** interveio também para referir que o desemprego jovem atingiu números elevados (nomeadamente, em Portugal) e recordou que o objetivo da “Garantia Jovem” era reverter esta situação através do aumento da empregabilidade. No entanto, identificou dois problemas principais, por um lado, a efetividade do programa para 2016 (pois a avaliação da execução ainda não foi feita e tal dificulta a defesa do programa) e, por outro lado, o tipo de trabalho criado por este programa europeu (essencialmente precário, baseado em estágios e sem perspetiva de um contrato de trabalho). Assim considerou que o grande aferidor do sucesso do programa passa por perceber se os níveis do desemprego jovem mantêm-se, desceram ou subiram. De igual modo, a avaliação deve ter presente a possibilidade de introduzir melhorias, que colaborem para o programa atingir mais facilmente resultados. Concluiu referindo que os problemas estruturais não se resolvem com medidas *ad hoc* e que é necessário acordar entre todos que o emprego jovem é uma prioridade europeia, mas que deve ser um emprego com plenos direitos.

O Presidente da Comissão BUDG agradeceu a presença e os contributos de todos.

O registo vídeo desta sessão de trabalho está disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/ep-live/en/committees/video?event=20160216-1500-COMMITTEE-BUDG>

**Dia 17 de fevereiro de 2016 – Conferência Interparlamentar sobre a Estabilidade,  
Coordenação Económica e Governança na União Europeia**

**1. Sessão Plenária**

Abertura por Martin Schulz, Presidente do Parlamento Europeu e Khadija Arib, Presidente da Câmara dos Representantes dos Países Baixos.

O Presidente do Parlamento Europeu, **Martin Schulz**, deu início à sessão salientando a necessidade da União Europeia agir de uma forma comum para lidar eficazmente com as múltiplas crises que enfrenta, bem como da necessidade de reforçar a cooperação com os Parlamentos nacionais para garantir uma cooperação efetiva a nível europeu. Concluiu dizendo que não se pode aceitar mais Europa se isso representar menos Parlamento, sublinhado que o Parlamento Europeu e os Parlamentos nacionais são parceiros na tarefa comum de escrutínio dos princípios democráticos.

De seguida, usou da palavra a Presidente da Câmara dos Representantes do Parlamento dos Países Baixos, **Khadija Arib**, para realçar a importância da Conferência para uma política orçamental mais estável e saudável. Destacou, ainda, a saída da crise e o enfoque agora nas soluções de longo prazo para debelar as situações económicas e financeiras.

## 1.1. [Parliaments' experiences with enhanced economic coordination and governance](#)

### **Tópicos:**

➤ Intercâmbio de **boas práticas** e de experiências dos Estados Membros em relação a medidas para promover o crescimento económico, incluindo a qualidade da despesa pública, convergência e competitividade.

**Co-presidida por:** Backer, Vice-Presidente e Deputado da Comissão de Finanças do Senado Holandês e Roberto Gualtieri, Presidente da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON) do Parlamento Europeu.

**Intervenções iniciais de:** Jeroen Dijsselbloem, Presidente do Eurogrupo, Kees Vendrik, Vice-Presidente do Tribunal de Contas dos Países Baixos, Valérie Rabault, Relatora Geral da Comissão de Finanças da Assembleia Nacional Francesa e de Roberto Gualtieri, Presidente da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON) do Parlamento Europeu.

No período de debate intervieram as Senhoras e os Senhores **Deputados Jorge Paulo Oliveira (PSD) Paulo Trigo Pereira (PS) e Manuel Rodrigues (PSD)**.

Na sua intervenção inicial o Presidente do Eurogrupo, **Jeroen Dijsselbloem**, enfatizou a responsabilidade dos Estados-Membros no cumprimento das medidas de política orçamental e da necessidade de cooperação e troca de experiências para que essa responsabilidade permaneça ao nível nacional.

De seguida **Kees Vendrik**, Vice-Presidente do Tribunal de Contas dos Países Baixos, fez uma apresentação na qual frisou a necessidade de sensibilização para a eficiência da despesa pública, através de mais informação, melhorada e disponível publicamente, sobre este assunto, advogando que só desta maneira se poderia alcançar a melhoria da eficiência da despesa pública.

A Relatora Geral da Comissão de Finanças da Assembleia Nacional Francesa, **Valérie Rabault**, realizou uma exposição estruturada em três pontos: a experiência relativa à matéria de despesa pública em França; a ligação com o Ciclo Económico; e o Programa Nacional de Reformas. Conclui com o destaque para os cinco objetivos da Estratégia Europa 2020, lamentando não estarem no centro das atenções dos Parlamentos

nacionais e defendendo que este instrumento deve ser usado de maneira mais efetiva a nível do Parlamento Europeu e dos Parlamentos nacionais,

**Roberto Gualtieri**, Presidente da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON) do Parlamento Europeu, começou por defender uma via para o futuro da UE fundada no crescimento, emprego e competitividade, no sentido de se atingir uma União Económica e Monetária de facto. Sublinhando a importância da realização do Mercado Interno, do Mercado Interno de Capitais e do Plano Juncker, concluiu dizendo que os mercados não estão interessados em debates abstratos sobre a partilha do risco e de que construir a confiança neste sector é algo essencial – aspeto para o qual a Conferência e os seus participantes poderiam contribuir.

Seguiu-se um período de debate, tendo intervindo o Senhor Deputado **Jorge Paulo Oliveira (PSD)** para referir que o conceito de saldo estrutural assume especial importância no tratado orçamental e alertar para a necessidade de acelerar a redução do nível de endividamento, sobretudo, nos países com uma dívida pública superior a 120% do PIB, bem como para questionar se o conceito e a aplicação da redução do saldo estrutural não deveria assumir uma importância acrescida, uma maior relevância ao nível do seu cumprimento ao nível dos Estados-Membros, devendo atuar-se nesse sentido, até porque, como afirmou Valérie Rabault, este é um conceito mal compreendido e mal medido.

Usou também da palavra o Senhor Deputado **Paulo Trigo Pereira (PS)**, para dizer que Portugal estava a fazer o seu trabalho, quer a nível institucional, quer a nível político. A nível institucional tinha sido criado um Conselho de Finanças Públicas independente, responsável pela análise das projeções macroeconómicas e o orçamento, e no Parlamento tinha sido criada a Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO), que presta apoio à Comissão de Orçamento e Finanças e Modernização Administrativa e que analisa o orçamento de forma independente. Concluiu dizendo que, criadas as instituições e tentando-se reduzir o défice em termos de PIB, o cumprimento destas regras não significava o acordo com a governação económica e orçamental da União Europeia, razão pela qual questionou Dijsselbloom se tinha conhecimento de

alguma união monetária no mundo que não estivesse associada a uma união orçamental capaz de absorver os choques assimétricos nos respetivos estados membros, e, no caso de resposta negativa, quais os passos concretos que o Eurogrupo considerava seguir para criar esta união orçamental e fiscal?

O Senhor Deputado **Manuel Rodrigues (PSD)** interveio para frisar a importância de, entre as questões abordadas sobre o tratado orçamental, centrar a atenção numa das duas restrições previstas no tratado orçamental e que diz respeito ao ritmo de redução do saldo estrutural. No entanto, essa não seria, para muitos Estados-Membros a principal restrição ativa, mas antes a que diz respeito à redução do nível da dívida pública acima de 60% do PIB ao ritmo de 5% ao ano – de cálculo direto, simples, e que aponta no sentido de acelerar a redução do nível de dívida pública, essencial para reduzir o risco soberano, reduzir o custo de financiamento das empresas, em especial, das pequenas e médias empresas (PME), e, dessa forma, essencial para impulsionar investimento. Conclui, assim, questionado a razão pela qual o debate no painel estava centrado apenas numa das regras do tratado orçamental, de cálculo mais exigente, quando há uma segunda regra simples, direta e que é, para muitos Estados-Membros, a restrição ativa.

O registo vídeo desta sessão está disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/ep-live/en/other-events/video?event=20160217-0900-SPECIAL>

## 1.2. Budgetary policy - the effects of budgetary coordination

### Tópicos:

- Procedimentos em aplicação em diversos Estados Membros para assegurar coordenação orçamental e exame do papel dos Parlamentos nacionais nesse âmbito;
- Possíveis melhorias, em especial sobre o papel dos Conselhos Fiscais e a possibilidade de definir uma função de estabilização fiscal na zona euro.

**Copresidida por:** Jean Arthuis, Presidente da Comissão de Orçamento do Parlamento Europeu e por Duisenberg, Presidente da Comissão de Finanças da Câmara de Representantes dos Países Baixos.

**Intervenções iniciais de:** Pierre Moscovici, Comissário Europeu para os Assuntos Económicos e Financeiros, Fiscalidade e União Aduaneira, de Francesco Boccia, Presidente da Comissão de Orçamento, Tesouro e Planeamento da Câmara de Deputados do Parlamento Italiano, de Pervenche Berès e Reimer Böge, Deputadas ao Parlamento Europeu e co-relatores do relatório sobre a capacidade orçamental da Eurozona.

No período de debate intervieram o Senhor Deputado Eurico Brilhante Dias (PS) e a Senhora Deputada Isabel Pires (BE).

O Comissário Europeu para os Assuntos Económicos e Financeiros, Fiscalidade e União Aduaneira, **Pierre Moscovici**, ao referir-se à política orçamental nos Estados-Membros, sublinhou a importância do diálogo entre a Comissão Europeia e os Parlamentos nacionais que continuam a ter um papel-chave na responsabilidade orçamental. Os Parlamentos, através da discussão das prioridades a cumprir, garantem que há sustentabilidade orçamental e de que há eficácia do mesmo, sendo garante nesta medida perante as instituições europeias. Mencionou de igual o modo o cumprimento das regras do pacto orçamental como sendo um pilar fundamental, a necessidade de equilíbrio entre saneamento e retoma económica e da correção de desequilíbrios de países da zona euro que implica a responsabilidade orçamental.

Por fim, frisou que para a União Europeia Monetária (UEM) poder funcionar corretamente seria necessária uma disponibilidade orçamental e financeira comum. Neste sentido, defendeu que, havendo um orçamento comum, deveria haver um Ministro das Finanças da UE – o que exige representação política. Assim, em nota conclusiva, convidou os Parlamentos nacionais a organizarem-se nesse sentido e a um diálogo

com Parlamento Europeu para a partilha na tomada de decisões, afirmando que não deveria a coordenação ser encarada como um ataque à soberania.

**Francesco Boccia**, Presidente da Comissão de Orçamento, Tesouro e Planeamento da Câmara de Deputados do Parlamento Italiano, começou, por seu turno, por explicar a intervenção do Parlamento Italiano a nível nacional em matéria de governação económica para depois notar que a necessidade de cumprir as regras orçamentais tinha condicionado os investimentos, o tinha conduzido ao colapso em alguns países. Assim, defendeu que, a par das medidas a nível das exportações, também devem ser perspectivadas medidas a nível nacional nível da procura interna.

Intervieram, ainda, **Pervenche Berès e Reimer Böge**, Deputadas ao Parlamento Europeu e responsáveis pelo relatório sobre a capacidade orçamental da Eurozona, recordando que a Comissão ECON e a Comissão BUDG já tinham trabalhado antes em conjunto (Plano Juncker), de que o objetivo deve ser o de ancoragem de uma União Económica e Monetária e de que para enfrentar crises atuais há a responsabilidade de procurar perspectivas comuns sustentáveis e duradouras. Abordaram também as questões relacionadas com o sistema de segurança de depósitos e auxílio aos refugiados, o papel dos países fora da zona euro na definição de regras para o seu funcionamento, o modelo social europeu e a dimensão do orçamento da UE, bem como da necessidade de debate para a encontrar resposta aos choques assimétricos e procura de sinergias para o bom funcionamento da zona euro.

A iniciar o período de debate que se seguiu, o Senhor Deputado **Eurico Brilhante Dias (PS)** sublinhou dois aspetos. Em primeiro lugar, o de haver uma União em torno da Paz e prosperidade e, neste sentido, a estabilidade orçamental não ser um fim em si mesmo. Se têm vindo a ser desenvolvidos muitos instrumentos para controlar e afinar as contas públicas nacionais, persiste a falta de instrumentos para criar e gerar desenvolvimento económico no conjunto dos Estados-Membros e, em particular, na Eurozona. Sabendo-se que a criação de uma capacidade orçamental na zona euro é essencial para ter políticas de verdadeira

convergência, e para mitigar ou eliminar os choques assimétricos no quadro de uma área monetária não ótima, mencionou grande interesse no documento de trabalho apresentado pelas Senhoras Eurodeputadas (Berès e Böge). Em segundo lugar, o facto de se continuar a adiar um conjunto de instrumentos importantes para construir mais segurança na relação entre os investidores, os financiadores, os privados e a dívida pública, em particular no que diz respeito à União Bancária e à União do Mercado de Capitais, entre outras, e que esse adiamento coloca uma fortíssima pressão sobre os orçamentos nacionais, na medida em que continuam a ser estes que no essencial garantem mais investimento público, cofinanciamento de fundos comunitários e incentivo ao investimento privado. Por fim, deixou um apelo no sentido de que a política orçamental da União pudesse considerar também que níveis diferentes de desenvolvimento económico obrigam a níveis de investimento público diferentes e que esse investimento público fosse considerado necessário para convergir de forma eficaz.

A Senhora Deputada **Isabel Pires (BE)** qualificou o debate de essencialmente político, mais do que puramente económico, tanto que as medidas impostas pelos instrumentos europeus têm um sentido político muito marcado, ficando o conjunto dessas medidas ficado conhecido nos últimos tempos como austeridade. Referiu não se poder pedir mais coordenação, ou usar a coordenação como algo proclamatório que não tem execução, nem se podia exigir políticas comuns quando estas afetam os países de forma diferenciada – impactos não são só económicos ou financeiros, mas também políticos. Neste ponto, focou o sentimento de desilusão, desconfiança e de impotência por parte do comum dos cidadãos com a Europa de hoje para poderem mudar aquilo que mais os afeta o que, por vezes, converge em hostilidade face à Europa. Este sentimento resultava do défice democrático que subjuga alguns países a uma série de imposições e de restrições que parecem nunca ser suficientes, quando os mercados continuam acima dos países e das pessoas ao nível das prioridades da UE. Portanto, e em conclusão, para falar em coordenação, seria necessário falar em democracia e em solidariedade. O Tratado Orçamental não representava uma real coordenação, mas antes uma oposição de alguns países sobre outros,

quando a coordenação deveria ir mais ao encontro de medidas de apoio como a dos refugiados.

O registo vídeo desta sessão está disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/ep-live/en/other-events/video?event=20160217-1130-SPECIAL-UNKN>

### 1.3. **Future scenarios for investments in a competitive EU: opportunities and challenges**

**Tópicos:**

- Panorâmica com contribuição de vários tipos de investimento que poderiam promover crescimento económico, convergência e competitividade:
- Análise do obstáculos à implementação desse tipo de investimentos e de como podem ser superados.

**Copresidida por:** Thomas Händel, Presidente da Comissão De Emprego e Assuntos Sociais do Parlamento Europeu e Duisenber, Presidente da Comissão de Finanças da Câmara de Representantes dos Países Baixos.

**Intervenções iniciais de:** Laura van Geest, Diretora do Gabinete nacional da Holanda para a análise da Política Económica, Mari Kiviniemi, Diretora da Organização para a Cooperação Económica e o Desenvolvimento (OCDE).

No período de debate interveio o Senhor **Deputado Manuel Rodrigues (PSD)**.

A última sessão da Conferência compreendeu duas apresentações (anexos 5 e 6) pelas oradoras convidadas, com enfoque em cenários futuros para uma União Europeia competitiva, as respetivas oportunidades e ameaças.

**Laura van Geest**, Diretora do Gabinete nacional da Holanda para a análise da Política Económica, fez uma apresentação na qual abordou o nível de investimento nos Países Baixos, os argumentos favoráveis e desfavoráveis ao aumento do investimento público, e referiu-se a outros fatores promotores de crescimento, como a inovação, educação, a demografia e as reformas estruturais.

Por seu turno, a Diretora da Organização para a Cooperação Económica e o Desenvolvimento (OCDE), **Mari Kiviniem**, proporcionou uma apresentação através da qual evidenciou as recomendações da OCDE

realçou a importância de ultrapassar os obstáculos que impedem as reformas e o estímulo ao financiamento de longo prazo.

O período de debate que se seguiu, em formato “*catch the eye*” foi inaugurado pela intervenção do Senhor Deputado **Manuel Rodrigues (PSD)** que deixou duas reflexões para discussão entre os presentes. Começou por acrescentar um elemento adicional ao já referido nas apresentações das oradoras convidadas – o investimento e o foco no investimento privado. Fazer uma decisão para investir, o elemento-chave é o custo do financiamento, e durante a crise o que se assistiu foi ao facto de que para muitas regiões da Europa o custo de financiamento era superior ao retorno do capital investido. Assim, a decisão para uma empresa privada investir era questionada. Agora, finalmente, em muitos casos o custo de financiamento para empresas privadas está abaixo do retorno de investimento de capital e há um novo incentivo ao investimento. Estes dois elementos são críticos para promover o investimento;

Num segundo momento referiu a circunstância do custo de financiamento não ser homogéneo em toda a União, o que significava que a capacidade de discriminar o custo de financiamento em função do risco de crédito não estava a funcionar da mesma maneira. Isto, porque ainda havia contaminação do custo de financiamento da dívida soberana na Europa. A questão que se colocava, portanto, era a de saber da admissibilidade das empresas puderem diminuir o custo de financiamento através da diminuição indireta do risco de soberania, ajudando, assim, a ter um novo nível de investimento.

Os trabalhos foram encerrados pelo Presidente da Comissão de Finanças da Câmara de Representantes dos Países Baixos, **Pieter Duisenberg**, que denotou na sua intervenção a necessária cooperação interparlamentar para superar os desafios que se colocam à União Europeia.

O registo vídeo desta sessão está disponível em:

<http://www.europarl.europa.eu/ep-live/en/other-events/video?event=20160217-1430-SPECIAL-UNKN>

## **Assembleia da República, 17 de maio de 2015**

O Chefe de Delegação,

(Paulo Trigo Pereira)

### **ANEXOS:**

1. Relatório sobre o Semestre Europeu para a Coordenação das Políticas Económicas: Análise Anual do Crescimento para 2016 (2015/2285(INI)), Parlamento Europeu;
2. Intervenção do Presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, 17/2/2016;
3. Intervenção da Presidente da Câmara dos Representantes do Parlamento dos Países Baixos, Khadija Arib, 17/2/2016;
4. Apresentação de Kees Vendrik, Vice-Presidente do Tribunal de Contas dos Países Baixos, 17/2/2016;
5. Apresentação de Laura van Geest, Diretora do Gabinete nacional da Holanda para a análise da Política Económica, 17/2/2016;
6. Apresentação de Mari Kiviniemi, Diretora da Organização para a Cooperação Económica e o Desenvolvimento (OCDE), 17/2/2016.